

## Da interpretação à compreensão: análise discursiva de textos em mídias digitais

From interpretation to comprehension:  
discursive analysis of texts in digital media

Aparecida Lino Pauliukonis<sup>1</sup>  
Beatriz dos Santos Feres<sup>2</sup>  
Lúcia Helena Martins Gouvêa<sup>3</sup>  
Patricia Neves Ribeiro<sup>4</sup>  
Rosane Santos Monnerat<sup>5</sup>

**Resumo:** O presente artigo contempla a temática da compreensão e da interpretação, sob novos olhares contemporâneos. O trabalho trata da relação entre os componentes internos e os componentes externos ao enunciado, consoante princípios de teorias da enunciação. Em uma parte inicial, apresenta-se a dinâmica interacional do ato de comunicação, entre sujeitos sociais e discursivos, regido por bases contratuais; depois, discute-se a função dos saberes de conhecimento e dos saberes de crença como fonte para a criação dos imaginários sociais e discursivos. Com base na noção de que compreender é uma operação mais globalizante e que interpretar consiste em um conjunto de operações inferenciais, faz-se uma abordagem mais atual do conceito de inferência, a partir dos dois tipos propostos por Charaudeau (2019): inferência centrípeta interna ou estrutural e inferência centrífuga externa, ou situacional e interdiscursiva. Ao final, propõe-se uma aplicação das noções teóricas apresentadas, por meio de uma análise dos variados tipos de inferência presentes em um *corpus* de mídia digital.

**Palavras-chave:** Compreensão. Interpretação. Análise Discursiva.

**Abstract:** This article addresses the theme of understanding and interpretation, under new contemporary perspectives. The work deals with the relationship between the internal and the external components to the statement, according to principles of Enunciation theories. In an initial part, the interactional dynamics of the act of communication – between social and discursive interlocutors and governed by contractual bases – is presented; next the role of “Knowledge of Knowledge” (*savoirs de connaissance*) and of “Knowledge of Belief,” (*savoirs de croyance*), as a source for the creation of social and discursive imaginariy, is discussed. Starting from the assumption that understanding is a more globalizing operation and that interpreting consists of a set of inferential operations, a more current approach to the concept of inference is presented, based on the two types proposed by Charaudeau (2019): internal or structural centripetal inference and external centrifugal inference or situational and interdiscursive and, at the end, an application of the theoretical notions presented, through an analysis of the various types of inference present in a digital media *corpus*.

**Keywords:** Understanding. Interpretation. Discursive Analysis.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Endereço eletrônico: [aparecidalino@letras.ufrj.br](mailto:aparecidalino@letras.ufrj.br)

<sup>2</sup> Universidade Federal Fluminense, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Niterói, RJ. Endereço eletrônico: [beatrizferes@id.uff.br](mailto:beatrizferes@id.uff.br)

<sup>3</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Endereço eletrônico: [lucia.helena@letras.ufrj.br](mailto:lucia.helena@letras.ufrj.br)

<sup>4</sup> Universidade Federal Fluminense, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Niterói, RJ, Brasil. Endereço eletrônico: [patricianeves@id.uff.br](mailto:patricianeves@id.uff.br)

<sup>5</sup> Universidade Federal Fluminense, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Niterói, RJ, Brasil. Endereço eletrônico: [rosanemonnerat@id.uff.br](mailto:rosanemonnerat@id.uff.br)

## Introdução

Este artigo, resultado de uma parceria entre pesquisadores da Teoria Semiociológica do Discurso de diferentes Universidades (UFRJ, UFF e UNISINOS), apresenta a temática dos não tão recentes conceitos de interpretação e compreensão de textos, sob novos olhares contemporâneos. Pretende-se evidenciar suas especificidades e demonstrar sua evolução, pelo tratamento dado a eles pela pesquisa hermenêutica dos sentidos dos textos. Busca-se contribuir também para seu aprofundamento, por meio de uma visão analítica e interdisciplinar da relação entre os componentes internos e os componentes externos ao ato de comunicação, por meio de análise de um *corpus* de mídia digital.

A temática sobre “compreensão e interpretação”, embora tratada de forma geral por Patrick Charaudeau em vários de seus textos, mereceu deste autor dois estudos específicos: em 1995, publicou artigo nos Anais do I Encontro franco-brasileiro de AD, na UFRJ, sob o título de “Les conditions de compréhension du sens de discours” e, mais recentemente, em 2017, um outro intitulado: “Compréhension et interprétation. Interrogations autour de deux modes d’appréhension du sens dans les sciences du langage”, ambos traduzidos por membros do Grupo CIAD-RIO (cf. site do CIAD). Esses dois artigos, com mais de vinte anos de distanciamento, são complementares, e a revisão mais recente – objeto de análise neste artigo – aprofunda e detalha os dois conceitos, acrescentando novo enfoque sobre o tema, consoante a evolução e os desdobramentos de sua Teoria Semiociológica do Discurso.

Analisa-se, a princípio, a dinâmica do ato de comunicação, entre sujeitos sociais e discursivos e a posição que ocupam nas diversas situações que são comandadas por bases contratuais, estabelecidas durante a interação. Na sequência, discute-se como os saberes de conhecimento e os saberes de crença tornam-se a principal fonte de imaginários sociais e discursivos, que resultam de várias intencionalidades em confronto e que vão influenciar a construção dos sentidos.

A partir da noção de que compreender é uma operação mais globalizante e de que interpretar consiste em um conjunto de operações inferenciais, apresenta-se um conceito mais atual de interpretação por meio de inferências, considerando-se os dois tipos propostos por Charaudeau (2017; 2019): inferência centrípeta interna ou estrutural e inferência centrífuga externa, ou situacional e interdiscursiva, com exemplificações. Com o objetivo de oferecer uma aplicação dos conceitos discutidos, faz-se uma análise da função discursiva dos diversos tipos de inferência, em um *corpus* de mídia digital, seguida de uma proposta pedagógica de interpretação inferencial de textos.

Observe-se, a seguir, o ato de comunicação intersubjetivo regido por um “contrato de comunicação” que norteia o processo interacional.

### **O Contrato de Comunicação**

A noção de contrato de comunicação é essencial na Teoria Semiolinguística de Discurso, tendo em vista o postulado de que “todo discurso depende, para a construção de seu interesse social, das condições específicas da situação de troca na qual surge” (CHARAUDEAU, 2006b, p. 67). Os indivíduos de uma comunidade social se apoiam num quadro de referência comum para interagirem e alcançarem certa intercompreensão, que depende, em parte, das condições nas quais essa interação se realiza. Os elementos em jogo numa situação de comunicação são, na verdade, um conjunto de condições não enunciadas (CHARAUDEAU, 2006c) que estabelecem algumas condições para a determinação do sentido. Charaudeau denomina de “contrato” o quadro ao qual se reportam os indivíduos de uma comunidade social quando iniciam uma troca de linguagem.

A situação de comunicação, ou a condição específica da situação na qual surge o discurso, oferece instruções sobre a maneira de encená-lo. Há, portanto, como esclarece o linguista (CHARAUDEAU, 2006b), uma integração entre dados externos da linguagem no interno do ato de enunciação.

Os dados externos relacionam-se às condições de *identidade* (Quem fala para quem?), de *finalidade* (Estamos aqui para dizer o quê?), de *propósito* (Do que se trata?), de *dispositivo* (Em que ambiente ocorre a interação?).

Os indivíduos, ao se comunicarem, precisam levar em consideração esses dados externos para organizar seu projeto de fala. O locutor deve ter em conta as condições contratuais e, além disso, supor que seu interlocutor reconhece essas mesmas restrições. A noção de contrato (CHARAUDEAU, 2008) pressupõe que os indivíduos que interagem pertencem a um mesmo corpo de práticas sociais e são capazes de chegar a um acordo sobre as representações languageiras dessas práticas. O sujeito que propõe o projeto global de comunicação se encontra numa situação específica de comunicação e organiza sua fala a partir do conjunto de suas competências e do cálculo de liberdade que as restrições do contrato permitem. Esse sujeito (Sujeito Comunicante – EUc) se dirige a um interlocutor que se encontra igualmente nessa mesma situação (Sujeito Interpretante – Tui). As expectativas de quem seja o TUi levam o EUc a projetar um destinatário (Sujeito Destinatário – Tud) para seu ato de fala, articulando estratégias para que sua fala cumpra o objetivo projetado. Ao fazer isso, o EUc se projeta

enquanto ser do discurso (Sujeito Enunciador – EUE), no quadro interno da situação de comunicação.

No entanto, como salienta Charaudeau (2008), o ato de linguagem, apesar de organizado num projeto de fala a partir de cálculos de expectativa do locutor sobre seu destinatário, pode contar com o imprevisível, tornando o ato de linguagem uma “expedição”, pelo seu aspecto intencional, mas também uma “aventura”, pois o TUi pode não dominar completamente os efeitos produzidos pelo EUC. Além disso, é preciso considerar que pode ocorrer de o EUC produzir no TUi efeitos não previstos ou desejados. Ou, ainda, o TUi pode não reconhecer o contrato que lhe foi proposto.

Um exemplo para essa última condição seria o EUC projetar um TUD a quem pudesse dar uma ordem, mas que não é reconhecida pelo TUi naquela situação específica. Pensemos num aluno que manda um e-mail desaforado à professora para cobrar a correção de um trabalho, ainda que tenha passado apenas um dia da data estipulada para a comunicação da nota. A professora pode reagir com indignação: “Quem você pensa que é para me mandar um e-mail nesses termos?”. Neste caso, a professora ainda se vê como alguém a quem o aluno deve respeito e consideração e, por isso, não espera receber um e-mail insolente.

Para Charaudeau (2008), o poder se encontra no estatuto social das pessoas que empregam as palavras. Ele esclarece:

As estratégias de poder exercidas em uma sociedade são o resultado de um jogo de ser e de parecer entre o estatuto social dos sujeitos do circuito comunicativo (EUC/TUi) e o estatuto linguageiro dos sujeitos que a manifestação constrói (Eue/Tud) (CHARAUDEAU, 2008, p. 62).

As instruções discursivas que a situação de comunicação fornece determinam a maneira de encenar o discurso. Se no espaço externo se encontram as normas psicossociais, no interno, situam-se as normas discursivas que levam à pergunta “Como dizer?”. Os parceiros da troca especificam seus comportamentos, suas maneiras de falar, os papéis linguageiros que devem assumir, além das formas verbais e icônicas que devem empregar em função das instruções contidas nas restrições situacionais, como esclarece Charaudeau (2006b). É no espaço interno que o sujeito constrói sua identidade de locutor e a de seu interlocutor, assim como escolhe um modo de organização do discurso (descritivo, narrativo ou argumentativo) para melhor discursivizar as instruções contidas nas restrições situacionais.

Porém, adverte o linguista, “nenhum ato de comunicação está previamente determinado” (CHARAUDEAU, 2006b, p. 71). As restrições situacionais e discursivas

desdobram-se num espaço de estratégias e, dessa forma, o ato de linguagem tem espaço de manobra. Trata-se, na verdade, de uma “liberdade vigiada”, como bem define o linguista.

Na próxima seção, discorre-se sobre os imaginários sócio-discursivos de que se valem os sujeitos interagentes nas trocas comunicativas.

### **Imaginários sócio-discursivos**

O tema das representações sociais permite múltiplas interpretações sobre um mesmo objeto em virtude do caráter interdisciplinar desse campo de estudo, atravessado por várias áreas, como a Psicologia Social, a Sociologia, a História, a Antropologia, a Psicanálise e, em nosso caso, a Análise do Discurso. Nesse campo de análise, Charaudeau destaca que:

[...] o que importa [...] dentro do cenário da análise do discurso, é ver em que medida um conceito nascido e desenvolvido dentro de uma disciplina pode ser reutilizado e redefinido dentro de uma disciplina outra. De minha parte, retomarei, então, essa noção em sua definição não como um conceito, mas como um mecanismo de construção do sentido que modela, formata a realidade em real significante, engendrando formas de conhecimento da “realidade social” (CHARAUDEAU, 2006a, p. 576).

O homem tem necessidade de se informar sobre o mundo à sua volta, não só para se adaptar a ele, mas também para saber como enfrentá-lo, reconhecendo os obstáculos que se lhe apresentam. Nesse sentido, criam-se representações, que não guardamos só para nós, em um vazio social, mas que partilhamos com nosso semelhante, no intuito de definir conjuntamente padrões de conduta que nos ajudarão a tomar decisões em nossa vida diária (JODELET, 2001).

Assim, conhecemos o mundo pela nossa experiência sensível e pelos relatos de experiências de outras pessoas. Pode-se dizer, então, que os falantes orientam seus discursos por meio das representações sociais elaboradas para determinados *contratos* e orientam suas estratégias (CHARAUDEAU, 2008) a partir dessas mesmas representações.

Vale destacar, no entanto, que as representações não necessariamente refletem a realidade tal como é. Por serem construídas socialmente, apoiam-se, por vezes, em valores variáveis, podendo manter determinado objeto sob a ótica de uma representação desfavorável a fim de garantir uma suposta estabilidade de relações, por vezes negativa. E isso porque a representação social, como representação do mundo, é o viés de que dispomos para enxergar o mundo e nele interagirmos socialmente. A esse respeito, Moscovici observa que:

Nós nunca conseguimos nenhuma informação que não tenha sido distorcida por representações “superimpostas” aos objetos e às pessoas [...]. Quando contemplamos esses indivíduos e objetos, nossa predisposição genética herdada, as imagens e hábitos que nós já aprendemos, as suas recordações que nós preservamos e nossas categorias

culturais, tudo isso se junta para fazê-las tais quais as vemos (MOSCOVICI, 2015, p. 33).

Pode-se dizer, então, que os sistemas de representação social refletem e refratam imaginários, interpretando a realidade que nos cerca e mantendo com ela relações de simbolização, por um lado, e atribuindo-lhe significações, por outro.

Para Charaudeau (2006a), o imaginário “é uma forma de apreensão do mundo que nasce na mecânica das representações sociais” (p. 578). O termo *imaginário* apresenta diferentes sentidos conforme a sua representação no pensamento filosófico – no pensamento clássico: diferente de fantasioso; em Freud: intersecção na dualidade do eu, isto é, *eu-individual* e *eu-coletivo*; na antropologia: maneira como diversos discursos determinam uma sociedade. Já o conceito de *imaginário sócio-discursivo*, destaca o autor (*op. cit.*, p. 576), tem suas bases no conceito de *imaginários sociais* de Cornelius Castoriades, que se refere aos imaginários como a capacidade de simbolização da realidade por um determinado domínio de prática social (artística, política, jurídica *etc.*) por um grupo social.

Concordando, ainda, com Charaudeau (2006a), considera-se, neste trabalho, a representação social como fenômeno cognitivo-discursivo geral, que engendra sistemas de saber em que se distinguem os *saberes de conhecimento* e os *saberes de crença*, cujo fundamento constitui os chamados *imaginários sócio-discursivos*, que podem, então, ser explicados da seguinte forma: se esses saberes, como representações sociais, são responsáveis por construir coerentemente o real, como universo de significação, pode-se falar em “imaginários”; além disso, se esses imaginários são codificados linguisticamente por enunciados produzidos de formas diferentes, embora semanticamente reagrupáveis, pode-se considerar que são “imaginários discursivos” e, finalmente, se circulam nos grupos sociais, como normas de referência para os participantes desses grupos, pode-se falar em “imaginários sócio-discursivos” (CHARAUDEAU, 2006a, p. 203).

De natureza cognitivo-discursiva, portanto, os *imaginários sócio-discursivos* veiculam imagens mentais pelo discurso, configurando-se explicitamente (palavras ou expressões) ou implicitamente (alusões). Desse modo, esses imaginários – imersos no inconsciente coletivo tecido pela história – podem contribuir para o estabelecimento de crenças em uma determinada sociedade, orientar as condutas aceitas em uma dada época e desempenhar o papel de responsáveis pela constituição do sujeito com fins de adaptação ao meio ambiente e de comunicação com o outro.

Muitos imaginários, solidificados por ideologias, ainda se mantêm na sociedade contemporânea. Trata-se de imagens estereotipadas construídas em torno de arquétipos caros à

sociedade tradicional, como é o caso, por exemplo, da visão machista que, a despeito dos vários movimentos feministas, persiste em muitas comunidades, atrelando-se ao arquétipo masculino do patriarca. Algumas ideias que se prendem a esse imaginário dizem respeito à virilidade – o que permite ao homem ser conquistador a qualquer preço, induzindo-o até ao assédio – ou, ainda, à possibilidade de homens mais velhos poderem ter relacionamentos amorosos com mulheres muito mais jovens. A esse respeito, vale destacar que o contrário é considerado altamente pejorativo.

Dessa forma, o real não é apresentado a partir de uma descrição objetiva, mas por meio de representações veiculadas pelo enunciador a fim de induzir o leitor a construir, a partir dos fragmentos dados, um mosaico que ele tomará como verdade, sendo todo esse processo intermediado pela linguagem.

Considerando o discurso como um produto sógnico, Santaella (1980) lhe atribui características de uma manifestação ideológica. A semióloga compreende ideologia, nos termos de Althusser, como um sistema de representações cuja existência é condicionada a determinantes históricos e sociais. Isso quer dizer que a ideologia nasce de representações imaginárias “[...] que os indivíduos fazem de suas reais condições de existência social, de modo que toda e qualquer prática existe através e sob uma ideologia. Só há ideologia através do sujeito e para sujeitos” (SANTAELLA, 1980, p. 50).

Cabe dizer, então, que a ideologia fornece ao indivíduo formações sociais padronizadas para que interpretem o mundo e se conformem com seu modo de existência. Nesse sentido, a ideologia é histórica, já que fornece às sociedades uma estrutura ideológica em que as relações sociais não são transparentes, mas escamoteadas por seu manto. A linguagem – seja ela verbal, seja visual ou sonora – é veiculadora de ideologia, porque todas as manifestações da criação ideológica são discursivas (BAKHTIN, 1981).

Em parte sustentadas pelos imaginários, as inferências se recobrem de grande importância no processo comunicativo, como será descrito na seção que se segue.

### **Processos inferenciais**

Nesta etapa deste artigo, serão estudados os *tipos de inferências* propostos por Charaudeau (2019). Vale lembrar que o tratamento dado pelo linguista, ao assunto, parte de pressupostos diferentes no que diz respeito aos conceitos de “significação” e “sentido” e de “interpretação” e “compreensão” empregados nas teorias da enunciação a partir de Benveniste (2006) e no desenvolvimento paralelo da pragmática a partir de Austin (1970) e Searle (1996).

Para os pragmaticistas, a “significação” é fornecida pelo tratamento linguístico da frase, ao passo que o “sentido” corresponde à significação da frase, acrescida das informações extralinguísticas. Da mesma forma, a “compreensão” resulta da decodificação das estruturas linguísticas, correspondendo ao sentido literal, enquanto a “interpretação” tem um espectro mais amplo, na medida em que reúne sentido literal e informações relativas aos sujeitos, aos imaginários sócio-discursivos, ao momento histórico, dentre outros fatores.

De acordo com Charaudeau, esses conceitos se apresentam de outra forma. A “significação” é mais ampla, compreendendo o sentido literal, somado aos dados extralinguísticos como situação de comunicação, sujeitos envolvidos, saberes compartilhados. O “sentido” é mais restrito, pois diz respeito àquilo que se extrai das estruturas linguísticas, apoiando-se apenas no sistema da língua. A “compreensão”, por seu turno, é vista sob dois aspectos: a compreensão literal do sentido e a compreensão específica do sentido.

A *compreensão literal do sentido* é o resultado de uma operação interpretativa dos constituintes dos sistemas linguísticos, constituintes compartilhados pelos falantes de uma língua. Trata-se do que Charaudeau chama de *sentido de língua*, isto é, um sentido que se apoia na semântica de um enunciado e é destituído de enunciação. A *compreensão específica do sentido* é consequência de uma operação interpretativa dos constituintes dos sistemas das línguas acrescidos dos elementos que são externos a elas, mas dos quais elas dependem. Leva-se em conta, ao contrário, o ato de enunciação, a identidade dos sujeitos, os saberes compartilhados e as circunstâncias da relação comunicativa. Trata-se do que Charaudeau denomina de *sentido de discurso* e que corresponderá à *significação*.

Isso posto, passa-se a tratar, agora, do que Charaudeau chama de *operações interpretativas por inferência*. Segundo o linguista, pode-se definir “inferência” como uma operação de interpretação dos atos de linguagem.

[...] se trata de um mecanismo cognitivo pelo qual o receptor de uma mensagem interpreta, a partir de um ato de linguagem dado, um sentido que ele tira dos elementos que foram enunciados, seja combinando-os entre si, seja apelando para dados da vizinhança linguística e para saberes sobre os interlocutores (CHARAUDEAU, 2019, p. 16).

Em outras palavras, para inferir algo, o leitor ou o ouvinte partem de enunciados explícitos, estabelecendo relações entre eles, ao recorrer a informações dadas pelo contexto linguístico e a informações já conhecidas sobre os interlocutores. Assim, relacionando componentes internos e externos ao enunciado, o linguista detecta uma *inferência centrípeta interna* cuja função é construir sentido, e uma *inferência centrífuga externa* cuja função é construir significação.

As *inferências centrípetas internas* – as que constroem sentido – podem ser chamadas também de *inferências estruturais*, na medida em que são extraídas da estrutura linguística dos enunciados – combinação entre palavras gramaticais e palavras lexicais –, e do contexto linguístico em que estão envolvidas.

Considerando-se o enunciado “Antônio é fumante”, será compreendido que “Antônio é fumante” a partir de algumas operações semânticas. Sabe-se que Antônio é (provavelmente) um ser humano do sexo masculino; que ele é fumante na atualidade, independentemente de ter sido ou não no passado; que ele tem o hábito de inspirar e expirar o fumo. Chega-se ao sentido a partir de inferências feitas por meio dos componentes do enunciado, o que caracteriza a construção de *sentido de língua* por meio de *inferências centrípetas*.

As *inferências centrífugas externas* – as que constroem significação – caracterizam-se por originar-se naquilo que é exterior à língua. O falante e o ouvinte, para interagir por intermédio da linguagem, apoiam-se inicialmente nas estruturas linguísticas do enunciado, mas, não sendo elas suficientes para a compreensão, acionam, imediatamente, o que está fora delas.

Assim, retomando o enunciado “Antônio é fumante”, os interlocutores, depois de proceder às inferências internas, imediatamente acionam as externas, na medida em que, estando eles em dada situação de comunicação, a interpretação das formas linguísticas não é suficiente.

Numa situação em que duas amigas conversam sobre os respectivos maridos, uma delas reclama que a sua casa está sempre cheirando a cigarro e, por isso, ela está se sentindo muito desconfortável e infeliz na sua própria casa. A outra, cujo marido se chama Antônio, responde, simplesmente, o seguinte: Antônio é fumante. O que se pode inferir da resposta da esposa de Antônio é que ela conhece bem o que a amiga está passando, pois, ela própria passa pelo mesmo desconforto. Dessa forma, o enunciado “Antônio é fumante” vale muito mais do que uma informação. Na verdade, pode funcionar como um ato de consolo, cuja significação é: “Não fique triste”; “Você não está sozinha nessa”.

Segundo Charaudeau, as *inferências centrífugas externas* podem ser de dois tipos, levando-se em conta a natureza da exterioridade: inferências situacionais e inferências interdiscursivas.

O primeiro tipo, as *inferências centrífugas situacionais*, é extraído de determinadas condições, as quais constituem o que o linguista chama de “contrato de comunicação”. O contrato advém do que se conhece sobre a identidade dos parceiros do ato de linguagem – quem se dirige a quem –, da visada discursiva – prescrição, solicitação, incitação *etc.* –, do dispositivo de troca – suporte oral /escrito, tipos de presença, localizações *etc.* Seguindo as condições do

contrato, os parceiros da troca comunicativa poderão se compreender. A *inferência situacional*, assim, ocorre quando os interlocutores buscam informações nos componentes do contrato de comunicação para obter determinadas significações e garantir intercompreensão.

Veja-se, a seguir, um exemplo de *inferência centrífuga situacional* que se apoia na *identidade do indivíduo*.

Um senhor de 80 anos passou toda a sua vida fazendo exercícios físicos, mas, de repente, deixou de fazê-lo. Sua esposa e suas filhas perguntavam-lhe, diariamente, o seguinte: – O senhor não acha que fazer exercícios físicos faz bem à saúde? Diziam-lhe que ele deveria voltar a se exercitar, mas ele não as ouvia. Num dia, o senhor foi a uma consulta médica, e o profissional, dentre as muitas coisas que lhe disse, falou-lhe isto: – O senhor não acha que fazer exercícios físicos faz bem à saúde? A partir do dia seguinte, o senhor voltou a frequentar a academia de ginástica regularmente.

Neste exemplo, observa-se que o enunciado interrogativo produzido pela esposa e pelas filhas não vale como uma pergunta, mas como um ato de conselho. O conselho, entretanto, nunca sensibilizou o idoso. O mesmo enunciado foi proferido por um médico e surtiu o efeito desejado: o senhor voltou a exercitar-se. O enunciado, na boca do médico, foi interpretado como uma orientação ou até mesmo como uma ordem, e isso se deve à sua posição de autoridade profissional. O aspecto da *identidade* do médico foi levado em consideração, e a inferência retirada do enunciado foi: O senhor deve voltar a se exercitar obrigatoriamente.

A *inferência centrífuga situacional* pode apoiar-se também no *conhecimento do contrato de troca*. O enunciado “O homem deve ser prudente” terá finalidades diferentes e produzirá inferências diferentes a depender do contrato de comunicação (gênero discursivo) a que estiver ligado.

Se se tratar de uma *crônica jornalística*, o enunciado pode produzir inferências como “tranque o carro numa rua escura e também dentro da sua garagem (...), não deixe uma vela acesa perto de uma janela aberta, (...), não tenha em casa Doritos, Coca-Cola e Ouro Branco se estiver planejando perder uns quilos (...)” (MEDEIROS, 2009). A finalidade, neste caso, é alertar os leitores de que ser prudente na vida evita muitos problemas, é de aconselhar o leitor a ter prudência. Se se tratar, entretanto, de um texto publicitário, “O homem deve ser prudente” poderá provocar inferências como “compre um carro desta marca e não de outra; esta é a melhor do mercado”. A finalidade é de vender um automóvel recém lançado.

A *inferência centrífuga situacional* ainda pode apoiar-se nas *circunstâncias materiais da comunicação*. Isso significa considerar, na interpretação, o que se imagina do destinatário dos enunciados. Se o texto estiver acompanhado de elementos imagéticos como fotografias,

desenhos, a inferência será o resultado do conjunto, sendo, as legendas, determinantes para a interpretação das imagens.

Como exemplo, pode-se considerar uma fotografia, na capa do jornal Meia Hora (MEIA HORA, 2016), de um ex-presidente do Brasil e sua esposa. A fotografia é completamente azul, e as duas legendas dizem o seguinte: “sempre tem um remédio pra crise” e “Temer e a esposa Marcela, 43 anos mais jovem e ex-miss está grávida”. As legendas traduzem o significado da fotografia azul: sendo o ex-presidente 43 anos mais velho do que a esposa e estando ela grávida, infere-se que a relação sexual deve ter ocorrido com o auxílio do comprimido para ereção, viagra, cuja cor é azul. Destaque-se que o ex-presidente, segundo o jornal, já vinha sendo chamado de presidente azulzinho pelos próprios parceiros.

O segundo tipo de inferências centrífugas apontado por Charaudeau são as *inferências centrífugas interdiscursivas*, as quais estão relacionadas ao dialogismo, de Bakhtin (1984), à intertextualidade, de Genette (1987), ou à pertinência, de Sperber e Wilson (1986).

Os enunciados, em uma situação de comunicação, compõem-se de palavras cujos sentidos são atribuídos pelos sujeitos falantes, sentidos que revelam saberes específicos de cada grupo social. Essas palavras remetem à profissão do sujeito falante, ao sexo, à corrente, ao partido, à geração, à idade, ao dia e à hora em que a troca ocorre.

Todas as palavras, todas as formas constituem saberes mais ou menos compartilhados em que os sujeitos interpretantes se fundamentam para fazer inferências. Esses sujeitos se apoiam em discursos anteriores, a que se referem de modo explícito ou implícito, consciente ou inconsciente para orientar as interpretações.

Charaudeau considera a existência de dois tipos de saber: os saberes de conhecimento e os saberes de crença.

O *saber de conhecimento* é um saber verificável, situa-se no domínio da episteme e supostamente pertence à ordem do provado (“A terra é redonda”; “O homem é um animal racional”). É um saber culto que diz respeito à representação dos fatos e dos fenômenos do mundo. O *saber de crença* não é um saber verificável, situa-se no domínio da doxa e pertence à ordem do experienciado (“Maturidade não tem preço”; “Ser honesto é garantia de dormir tranquilo”). É um saber subjetivo, na medida em que se constitui de avaliações, apreciações e julgamentos do sujeito sobre acontecimentos e ações humanas, é um saber interiorizado e, simultaneamente, compartilhado. A atividade inferencial dos sujeitos interpretantes é incentivada e norteadada por ambos os saberes.

O *saber de crença* divide-se em *saberes de opinião* e *saberes ideologizados*. Os *saberes de opinião* dizem respeito aos julgamentos dos indivíduos sobre as coisas, os acontecimentos e

os seres. Os *saberes ideologizados* concernem a um conjunto de ideias políticas, morais e religiosas que reúne um poder explicativo e englobante sobre o mundo e a atividade social.

Como exemplo de *Inferências que recorrem a saberes de opinião*, pode-se destacar um julgamento que o povo gaúcho faz do povo carioca: “cariocas não gostam de dias nublados” (CALCANHOTO, 1994). Essas inferências dizem respeito a julgamentos pessoais dos gaúchos e, ao mesmo tempo, julgamentos compartilhados socialmente. Correspondem a imaginários culturais cuja origem está no fato de as praias cariocas estarem sempre cheias quando há sol. A falta dele impede a ida à praia ou a torna menos agradável. Conclusão: “cariocas não gostam de dias nublados”.

Em se tratando de exemplos *de inferências que recorrem a saberes ideologizados*, podem-se assinalar sistemas de pensamento significativos numa sociedade. Um assunto bastante polêmico é o da “vida após a morte”. Quando uma pessoa morre, um *espírita* infere que o espírito do morto se libertará do corpo e irá para colônias correspondentes ao seu grau de evolução. Posteriormente, terá de reencarnar várias vezes até alcançar um nível evolutivo que lhe permita ir para mundos mais adiantados.

A inferência do *católico*, entretanto, será outra. Quando um indivíduo morre, o destino da alma será ir para o céu, se ele tiver sido uma pessoa boa; ir para o purgatório, se ele não tiver sido nem mau, nem bom; e ir para o inferno se ele tiver sido mau. Para o *catolicismo*, a reencarnação não existe, e a alma que não foi para o céu estará fadada a ficar no lugar para onde foi e não terá chance de evolução.

As duas inferências se distinguem porque a natureza dos saberes em que elas se apoiam é diferente. Trata-se de inferências interdiscursivas relativas aos saberes de crença que caracterizam a comunidade espírita e a comunidade católica.

Muitos outros processos de inferência decorrem desses tipos gerais analisados. Assim podem ser citadas ainda as inferências que derivam do *status* do interpretante, tais como as advindas de relações interpessoais ou de interpretações coletivas, e as que decorrem da interpretação do sujeito analisante, segundo o seu lugar de análise, a disciplina ou as influências teóricas. Enfim, conclui-se que a interpretação é um processo complexo de produção de sentido, que depende de parâmetros diversos.

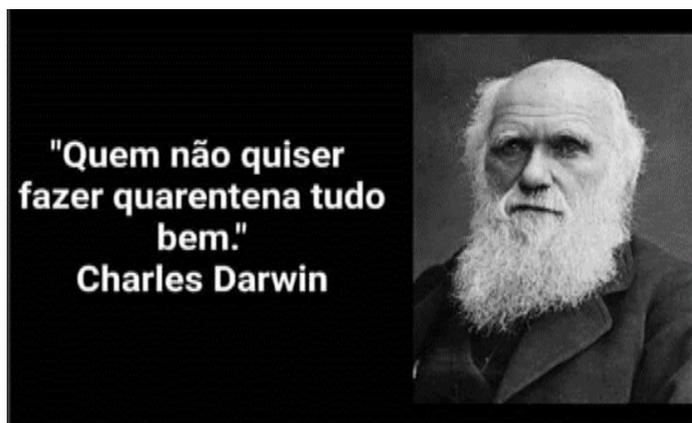
### **Proposta didática de interpretação inferencial de textos**

Visando-se, agora, a oferecer alguma contribuição para o ensino de leitura na educação básica, delinea-se, a seguir, uma sequência de atividades com base nos conceitos de interpretação e compreensão já discutidos, nas seções anteriores, no âmbito da perspectiva

revisada, contemporaneamente, pela Semiologia. Pautando-se em um *corpus* constituído de textos oriundos de gêneros digitais<sup>6</sup>, serão apresentadas diferentes propostas de exercícios com base na noção de que compreender é uma operação mais ampla e de que interpretar vincula-se a atividades mais específicas de inferenciação, sendo elas tanto de ordem estrutural, quanto de feição mais situacional e interdiscursiva.

Mais especificamente, para dar partida à formalização dessa prática docente, seleciona-se o texto que segue:

Figura 1 – Meme



Fonte: <https://hashtag.blogfolha.uol.com.br/2020/04/02/memes-a-solta-aliviam-tensao-durante-pandemia-de-coronavirus/>

Esse meme circulou logo no início da instalação da pandemia do novo coronavírus no Brasil. O fato de ser um meme e estar vinculado a esse momento e a esse lugar delimita a construção do sentido a partir de saberes contextuais ligados à situação-contratual de comunicação (o gênero discursivo; um sujeito comunicante anônimo; um sujeito interpretante usuário das redes sociais e, portanto, atento aos acontecimentos mais recentes) e ao interdiscurso (Charles Darwin desenvolveu a teoria evolucionista; a consequência de não se fazer quarentena e se expor à doença; a seleção natural ocorre sempre privilegiando os melhores seres de uma espécie). Parte do sentido dependerá desse conhecimento, além das associações que o leitor deve ser capaz de fazer entre essas informações supostas e a realidade referida. O contrato de comunicação midiático em que se insere um meme pressupõe um sujeito comunicante e um sujeito interpretante atentos a esses aspectos extratextuais, além de posicionar o produtor como alguém legitimamente autorizado a tomar o interdiscurso a serviço da crítica e do humor, e o leitor como alguém que aceita essa legitimação. Entretanto, é preciso

---

<sup>6</sup> Embora se considere, neste artigo, a capa do jornal *Extra* – um dos textos constituintes do *corpus* de aplicação pedagógica – como um exemplar de mídia digital, inegavelmente, trata-se, também, de uma produção de mídia impressa.

começar a construção do sentido pelo que há de mais concreto, material: os signos ali expostos e sua organização interna.

Uma sequência de comandos direcionada para a **compreensão** desse meme no ensino básico poderia começar por elementos mais superficiais até chegar às **inferências** mais complexas. Assim:

1. O que significa a expressão “fazer quarentena”?
2. Por que o enunciado “Quem não fizer quarentena tudo bem” está entre aspas? Com que objetivo aparece um nome abaixo do enunciado e uma foto a seu lado?
3. Considerando-se que o texto em destaque é um meme e que foi veiculado em abril de 2020 no Brasil, deduza: a que quarentena se refere?
4. Lê-se no meme: “Quem não fizer quarentena tudo bem”. Em “Quem não fizer...”, o verbo no subjuntivo sublinha a hipótese de que alguém possa se recusar a fazer quarentena. Mas qual seria a consequência de não se fazer quarentena?
5. Charles Darwin foi o cientista que estudou a origem das espécies e defendeu a seleção natural como principal mecanismo de evolução dos seres vivos, isto é, no processo evolutivo, as características hereditárias que são favoráveis tornam-se mais comuns; as que são menos favoráveis acabam desaparecendo. Sabendo-se disso, por que o “Darwin” do meme diz que *está tudo bem* se alguém não quiser fazer quarentena? Está tudo bem para quem?

Os comandos desse conjunto de possíveis questões acerca do meme procuram acionar tanto a observação do material textual e sua organização, quanto as inferências que se impõem no processo de interpretação. Ao final das inferências provocadas pelos comandos, espera-se que o aluno-leitor-sujeito-interpretante seja capaz de chegar à compreensão do texto. Esse tipo de mediação proposto pelo professor em sala de aula revela um importante potencial para o desenvolvimento da competência leitora dos alunos do ciclo básico, sobretudo.

A primeira questão, propícia à averiguação do conhecimento linguístico do aluno-leitor, provoca uma inferência centrípeta, ligada ao sentido de língua. Embora “fazer quarentena” seja, na atual conjuntura, uma expressão fartamente utilizada, provavelmente muitos falantes não a conheciam no início da disseminação do coronavírus no Brasil. É também essa expressão que, ao introduzir um objeto de discurso, ancora o texto nas circunstâncias “pandêmicas” em que ele circula.

Também direcionada a aspectos da superfície textual, mais especificamente à interpretação de sinais paralinguísticos – as aspas – e organização do texto – nome abaixo da

citação e foto ao lado –, a segunda questão induz a inferências centrípetas, ao acionar elementos da organização textual e da codificação, mas aciona igualmente inferência centrífuga interdiscursiva, que exige o conhecimento enciclopédico relacionado ao cientista Charles Darwin e sua teoria evolucionista. A “assinatura”, representada pela legenda, garante o *status* de “argumento de autoridade” atribuído ao enunciado por ser Darwin quem é.

A terceira e a quarta questões, que podem ser consideradas complementares, reforçam o vínculo do texto a seu contexto circunstancial (“A que quarentena se refere?” e “Mas qual seria a consequência de não se fazer quarentena?”), garantindo a percepção da relação de causa e consequência necessária à compreensão.

A última questão oferece o conhecimento acerca de Charles Darwin para o leitor, a fim de que não perca nem o sentido específico do enunciado, nem a avaliação axiológica que o meme propõe: quem se recusa a fazer quarentena se arrisca, podendo morrer de COVID-19, o que demonstra ser uma atitude de pouca inteligência e, com isso, sobreviverão os mais inteligentes, colaborando com a seleção “natural” dos melhores seres da espécie. O meme, como gênero digital recorrente nas redes sociais, explora, em geral, o viés crítico, tanto quanto as charges, por exemplo. Em função dessa característica, espera-se que o leitor, ao se deparar com esse meme, crie a expectativa de interpretar, por meio de uma inferência centrífuga situacional – ligada ao gênero discursivo – a crítica expressa pelo texto. É um modo de acionar representações sociais e adicionar experiências e crenças ao imaginário sócio-discursivo partilhado pelos envolvidos nessa troca comunicativa.

Para a continuidade de uma proposição de atividades de leitura, passíveis também de serem aplicadas na educação básica, foi escolhida, em diálogo com o texto anteriormente selecionado, a capa de jornal que se apresenta a seguir:

Figura 2 – Capa de jornal



Fonte: <https://extra.globo.com/capas-jornal-extra/2020-05-60-24430846.html?mesSelecionado=Mai&ano=2020>

Essa capa do jornal *Extra*, publicada no dia 5 de maio de 2020, situa-se também no contexto da instauração da pandemia da COVID-19 e de suas consequências para as populações, sobretudo no Brasil. Mais especificamente, centra-se sobre o propósito temático da advertência, por parte dos profissionais da saúde, acerca do importante papel da ciência na contenção dessa crise sanitária mundial.

Também, no caso desse texto, os saberes atinentes à situação-contratual (capa de jornal enunciada por uma instância de produção a projetar um sujeito destinatário atento ao fato atual reconstituído, com vistas a informá-lo, a fazê-lo pensar e a captá-lo) e à modulação interdiscursiva (no mundo inteiro, além de os médicos serem instados a se preocuparem em vencer o vírus, também têm se visto no papel de lutarem contra autoridades que os têm descredenciado), delineiam a produção do sentido. Assim, não será possível desconsiderar a situacionalidade e a interdiscursividade – atreladas a operações cognitivas de ordem psico-sócio-comunicativa – no momento em que o leitor, diante de um texto/discurso, acionar operações cognitivas de ordem linguística para a constituição do sentido/significação.

Ajustando essa travessia proposta – das **interpretações** inferenciais centrífugas externas (situacionais e interdiscursivas) às **interpretações** inferenciais centrípetas internas (estruturais) ou vice-versa – a atividades de leitura, será um caminho possível propor, com base na capa do jornal *Extra*, as seguintes questões, visando-se à **compreensão** ampla do texto:

1. Quais são os termos correspondentes aos processos de nomeação (por substantivos), de qualificação (por adjetivos), de ação (pelos verbos) e de causação (relação de causalidade) que presidem a construção do sentido de língua na capa do jornal *Extra*?
2. Considerando que o texto sob análise é uma capa de jornal e que foi publicado em maio de 2020 no Brasil, qual é o objetivo primeiro da mensagem e a que faz referência?
3. Que associação de sentido se pode fazer entre o texto de capa e aqueles textos que figuram, comumente, em propagandas institucionais, como, por exemplo: “O Ministério da Saúde adverte: fumar faz mal à saúde” e “Se persistirem os sintomas, o médico deverá ser consultado”?
4. Lê-se na capa de jornal: “Os profissionais de saúde sérios...” e “Se persistirem os sintomas de irresponsabilidade, médicos competentes...”. Que efeito de sentido sobre o *status* da ciência no Brasil e no mundo a explicitação da qualificação por meio dos adjetivos “sérios” e “competentes” produz?
5. Articulando a capa do jornal *Extra* ao *meme* em tela, por que ambos os textos podem provocar o riso?

Fazendo um balanço das questões propostas, parece válido comentar que a primeira questão se centra em atividades de interpretação com base em *inferências estruturais*. Ao fazê-lo, procura levar o aluno a construir um primeiro sentido para a realidade enunciada reconhecendo que os processos de nomeação, de qualificação, de ação e de causação dão-se pelo uso respectivo de: “profissionais de saúde” (substantivo), “sérios” e “competentes” (adjetivos), “advertem” (verbo) e “sintomas de irresponsabilidade” (causa). No trato com a ciência, os “sintomas de irresponsabilidade” são tomados como determinantes (causadores) da instauração da advertência. Já a segunda questão faz apelo a um cálculo de sentido baseado em *inferências situacionais*, extraídas de informações ligadas à situação contratual jornalística, notadamente ligada à visada discursiva da informação. Mais especificamente a questão direciona o aluno a assumir o papel daquele que será informado – a partir de um dito apoiado na voz de profissionais de saúde – sobre a importância de se respeitar a ciência, sobretudo em contexto de pandemia planetária.

Por sua vez, a terceira questão se constrói pela intermediação também da *inferência situacional*, mas, em diálogo, com a *inferência interdiscursiva*. O comando em tela propõe, primeiramente, que o aluno evoque um outro contrato de comunicação, atado ao objetivo da prescrição presente em textos do domínio médico. Feito isso, ele deverá associar os textos conformados a esse outro contrato ao texto reenunciado na capa do jornal, em claro diálogo interdiscursivo. Só assim ele poderá associar a visada da informação, típica do jornalismo, a uma representação captadora. A instância jornalística colada a uma voz já dotada de autoridade leva o leitor a interpretar com mais intensidade a necessidade de se respeitar a ciência. Nessa direção, a quarta questão pauta-se também sobre ações interpretativas da ordem da *inferência interdiscursiva*. Tais ações encaminham o aluno a pensar que, na inusitada explicitação de adjetivos – a despeito da objetividade jornalística e do que figura no texto fonte – está a produção de uma significação. Essa significação aponta para uma polarização dos próprios profissionais da saúde e da sociedade que demarca o grupo dos favoráveis à verdade científica versus aqueles que estão contra ela.

Por fim, com apoio em ações inferenciais interdiscursivas, a quinta questão conduz o leitor/sujeito interpretante a justificar o efeito de humor produzido por ambos os textos, na direção de uma convivência crítica entre interlocutores. Os procedimentos languageiros que o geram apoiam-se tanto na organização do sentido projetado – pela fusão do texto propagandístico ao jornalístico, por exemplo – quanto na tessitura da crítica, exemplificada pelo desrespeito às prescrições médicas em época de quarentena e sua consequência, infelizmente, mortal.

## Considerações finais

A discussão proposta neste capítulo parte da pressuposição de que a materialidade textual é produzida/construída sob influência tanto do contexto linguístico-discursivo partilhado entre os interagentes, como também da situação social mais específica em que se engendra a comunicação. Essa noção apresentada pela Teoria Semiolinguística do Discurso parte da concepção de *texto* como produção discursiva, operada pela intencionalidade dos sujeitos sociais e determinada por contratos de comunicação, que estariam na base dos gêneros discursivos. A partir de uma relação forma-sentido, analisam-se operações enunciativas que não se restringem aos processos de organização da superfície textual, mas se estendem aos mecanismos de implicação e de produção de variados efeitos de sentido, que estão relacionados a imaginários sócio-discursivos e a vários processos de inferência.

A proposta pedagógica sugerida – a partir da análise das marcas enunciativas dos sujeitos sociais e discursivos e da influência dos imaginários sociais, na passagem do sentido de língua para o de discurso – busca aplicar os conceitos envolvidos no processo de interpretação que leva à compreensão global dos textos, salientando as inferências necessárias para o alcance da significação. Os comentários acerca da elaboração dos comandos pretendem elucidar essa aplicação conceitual, comprovando a pertinência da Semiolinguística tanto na elaboração de atividades produtivas de mediação de leitura quanto no efetivo desenvolvimento da competência leitora dos estudantes do ciclo básico.

Destaca-se também o fato de se ter utilizado a mídia digital como fonte dos textos que compõem as atividades de leitura, em virtude não só das diretrizes propagadas pela Base Nacional Comum Curricular, que estimula o trabalho com gêneros verbo-visuais, mas também por veicular peças de forte caráter sintético e de fácil captação do leitor. Pretende-se, com essa opção, contribuir com um modelo de exercício de leitura adequado aos nossos tempos e às necessidades interpretativas – em dimensão interdisciplinar – desse tipo complexo de textos.

## Referências

- AUSTIN, J. L. **Quand dire, c'est faire**. Paris: Éditions du Seuil, 1970. p. 96-100.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Editora Hucitec, 1981.
- BAKHTINE, M. **Esthétique de la création verbale**. Paris: Gallimard, 1984.
- BARTHES, R. **Le texte: de la théorie à la recherche**. Paris: Seuil, 1972.
- BENVENISTE, É. O aparelho formal da enunciação. In: BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral II**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2006. p. 81-90.

CALCANHOTO, A. **Carioca**. Álbum: A Fábrica do Poema, 1994.

CAPA do jornal Extra. **Extra**, Rio de Janeiro, 5 maio, 2020. Disponível em: <https://extra.globo.com/capas-jornal-extra/2020-05-60-24430846.html?mesSelecionado=Mai&ano=2020>. Acesso em: 17 jul. 2020.

CAPA do jornal Meia Hora. **Meia Hora**, Rio de Janeiro, 19 de abril, 2016.

CHARAUDEAU, P. **Compreensão e interpretação**. Interrogações em torno de dois modos de apreensão do sentido nas ciências da linguagem. 2019. Disponível em: <https://ciad.rj.lettras.ufrj.br/>. Acesso em: 16 out. 2020.

CHARAUDEAU, P. Compréhension et interpretation: interrogations autour de deux modes d'appréhension du sens dans les sciences du langage *In*: ACHARD-BAYLE, G; GUÉRIN, M; KLEIBER, G.; KRYLYCHIN, M. (Orgs.). **Les sciences du langage et la question de l'interprétation (aujourd'hui)**. Limoges, Les Éditions Lambert-Lucas: 2018. p. 21-55.

CHARAUDEAU, P. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. Trad. André Luiz Silva e Rafael Magalhães Agrisano. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 7, p. 571-591, 2017.

CHARAUDEAU, P. **Linguagem e discurso**: modos de organização. Trad. Angela M. S. Corrêa *et alii*. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, P. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2006a.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006b.

CHARAUDEAU, P. El contrato de comunicación en una perspectiva lingüística: Normas psicosociales y normas discursivas. **Opcion**, Maracaibo, v. 22, n. 49, p. 38-54, 2006c.

CHARAUDEAU, P. Les conditions de compréhension du sens du discours. *In*: **Anais do I Encontro Franco-brasileiro de Análise do discurso**. Rio de Janeiro, CIAD-Rio/UFRJ, 1995, p. 9-16.

CHARAUDEAU, P. **Grammaire du sens et de l'expression**. Paris: Hachette, 1992.

GENETTE, G. **Seuils**. Paris: Éditions du Seuil, 1987.

JODELET, D. (Org.). Representações sociais: um domínio em expansão. *In*: JODELET, D. **As representações sociais**. Trad. Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MEDEIROS, M. Confie em Deus, mas tranque o carro. *In*: **Revista O Globo**. Rio de Janeiro: Globo, 08/11/2009.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Editado em inglês por Gerard Duveen; Trad. Pedrinho A. Guareschi. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

SANTAELLA, L. **Produção de linguagem e ideologia**. São Paulo: Cortez Editora, 1980.

SEARLE, J. R. **Les actes de langage**. Essai de philosophie du langage. Paris: Hermann Éditeurs des Sciences et des Arts, 1996. p. 83-91.

SPERBER, D.; WILSON, D. **Relevance**: communication and cognition. Oxford: Basil Blackwell, 1986.

### Sobre as autoras

*Aparecida Lino Pauliukonis* (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-8057-9961>)

Professora Titular de Língua Portuguesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atua no Programa de Letras Vernáculas, na linha de pesquisa Semântica e Análise do discurso. Membro do Grupo de Pesquisa CIAD- Rio.

*Beatriz dos Santos Feres* (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-5854-2898>)

Professora Associada de Língua Portuguesa da Universidade Federal Fluminense. Atua no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da mesma universidade. É líder do Grupo de Pesquisa Leitura, fruição e ensino (Leifen – CNPq) e membro do Ciad-Rio.

*Lúcia Helena Martins Gouvêa* (Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0002-8743-4033>)

Professora Associada de Língua Portuguesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atua no Programa de Pós-Graduação de Letras Vernáculas, na linha de pesquisa Semântica e Análise do Discurso. Coordena, desde 2017, o Círculo Interdisciplinar de Análise do Discurso (Ciad-Rio).

*Patricia Neves Ribeiro* (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-9532-0098>)

Mestre e doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Professora Associada de Língua Portuguesa da Universidade Federal Fluminense, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. É vice-líder do GP LeiFen/CNPq e membro do Ciad-Rio.

*Rosane Monnerat* (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-2523-9088>)

Professora Titular do Curso de Letras da Universidade Federal Fluminense. Atua no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, na Linha de Pesquisa Estudos do Texto, do Discurso e da Tradução.

Recebido em abril de 2021.

Aprovado em agosto de 2021.